PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 15/2020

Autoriza a concessão de benefícios fiscais a empresas dos setores de comércio e serviços, inclusive microempreendedores individuais, e a trabalhadores autônomos atingidos pela suspensão de suas atividades em virtude da pandemia do coronavírus.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Visa o presente Projeto de Lei a conceder autorização para o Município poder aliviar a carga tributária incidente sobre empresas e autônomos cujas atividades tenham sido suspensas em virtude da pandemia do Covid-19, proporcionalmente ao período de paralisação das respectivas atividades.

Todos sabemos dos sacrifícios impostos às empresas e aos autônomos que vêm tendo suas receitas significativamente reduzidas nesta crise sanitária, com reflexos em sua própria sobrevivência.

Desta forma, é importante que o Poder Público conceda alguma compensação para amenizar os impactos da crise, motivo pelo qual submetemos ao Plenário essa proposição, na expectativa de sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2020

Sérgio Antônio de Moura - REPUBLICANOS

Leonardo Nascimento Moreira – REPUBLICANOS

Hermano Luís dos Santos – PT

Juscelino da Silva Machado – AVANTE

José Rubens Tavares - DEM

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 15/2020

Autoriza a concessão de benefícios fiscais a empresas dos setores de comércio e serviços, inclusive microempreendedores individuais, e a trabalhadores autônomos atingidos pela suspensão de suas atividades em virtude da pandemia do coronavírus.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder isenções de tributos municipais aos estabelecimentos comerciais dos setores de comércio e serviços, inclusive microempreendedores individuais, e a trabalhadores autônomos cujo atendimento presencial ao público tenha sido suspenso por determinação do Poder Público como medida de enfrentamento ao coronavírus (Covid 19).

§ 1º As isenções de que trata esta Lei abrangerão os seguintes tributos:

I – redução no valor do IPTU;

II – redução das taxas incidentes sobre os estabelecimentos e respectivos imóveis;

III – redução no valor do ISS de autônomos, sociedades unipessoais e sociedades simples.

§ 2º As reduções serão proporcionais ao período de suspensão das atividades em cada setor e créditos tributários da Fazenda Pública já adimplidos no corrente exercício serão compensados com a redução correspondente no exercício de 2021 em favor dos contribuintes citados no artigo 1º desta Lei.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a suspender a inscrição em dívida ativa dos débitos relativos a tributos municipais de responsabilidade das empresas e demais beneficiários citados no artigo 1º desta Lei, vencidos e não pagos no período estipulado no § 1º do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Executivo em até 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação, constando no regulamento beneficiados, prazos e respectivas isenções.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, de de 2020

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal

Fernando Antônio de Andrade
Secretário Municipal de Governo

André Luís Nunes Santos
Secretário Municipal de Fazenda

Iniciativa:

Sérgio Antônio de Moura - REPUBLICANOS

Leonardo Nascimento Moreira – REPUBLICANOS

Hermano Luís dos Santos – PT

Juscelino da Silva Machado – AVANTE

José Rubens Tavares - DEM